

>> *Temática Especial*
Relatos de Experiência

Na Escola e no Museu: Reflexões sobre Ensino de História Indígena do RS

Guilherme Maffei Brandalise¹

Resumo:

Este artigo traz o relato de experiência de dois espaços de atuação sobre a história indígena do Rio Grande do Sul, o projeto de Educação Continuada no Colégio de Aplicação e a curadoria da exposição Memória e Resistência no Museu de História Julio de Castilhos. Ambos relatos focam nas abordagens críticas sobre ensino de história indígena do Rio Grande do Sul, e as suas problematizações partem das limitações dos respectivos campos com o objetivo de abordar possibilidades de Ensino de História Indígena. Trazendo reflexões teóricas e metodológicas acerca das experiências em sala de aula e no museu, ou seja, de pesquisa, ensino e curadoria, este artigo aponta questões problematizadoras em comum, que podem gerar novas práticas de representação dos povos indígenas no ensino e no campo do patrimônio, buscando também uma relação de escuta com as comunidades contemporâneas. Concluindo que apesar do pouco tempo da obrigatoriedade desse tema nos currículos, uma abordagem que preze o diálogo e a experiência é fundamental para combater preconceitos.

Palavras-chave:

Ensino de História. Museu. Aula Oficina. História Indígena.

At School and at the Museum: Reflections on Teaching Indigenous History in Rio Grande do Sul

Abstract: This article reports on the experience of two fields of work on indigenous history in Rio Grande do Sul, the Continuing Education project at the Colégio de Aplicação and the curatorship of the Memory and Resistance exhibition at the Julio de Castilhos History Museum. Both reports focus on critical approaches to the teaching of indigenous history in Rio Grande do Sul, and their problematizations start from the limitations of the respective fields, with the aim of addressing possibilities for Teaching Indigenous History. Bringing theoretical and methodological reflections on experiences in the classroom and in the museum, i.e. research, teaching and curating, this article points to common problematizing issues that can generate new practices of representing indigenous peoples in teaching and in the field of heritage, while also seeking a listening relationship with contemporary communities. It concludes that despite the short time that this subject has been compulsory in curricula, an approach that values dialog and experience is fundamental to combating prejudices.

¹ Mestre em História, Analista em Assuntos Culturais do Museu de História Júlio de Castilhos. E-mail: guilhebrandalise@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0092-752X>

Keywords: History Teaching. Museum. Workshop Class. Indigenous History.

En la escuela y en el museo: reflexiones sobre la enseñanza de la historia indígena en Rio Grande do Sul

Resumen: Este artículo relata la experiencia de dos campos de trabajo sobre historia indígena en Rio Grande do Sul, el proyecto de Educación Continuada del Colégio de Aplicação y la curaduría de la exposición Memoria y Resistencia del Museo de Historia Julio de Castilhos. Ambos informes se centran en los enfoques críticos de la enseñanza de la historia indígena en Rio Grande do Sul, y sus problematizaciones parten de las limitaciones de sus respectivos campos, con el objetivo de abordar las posibilidades de enseñanza de la historia indígena. Aportando reflexiones teóricas y metodológicas sobre experiencias en el aula y en el museo, es decir, investigación, enseñanza y curaduría, este artículo apunta a problematizaciones comunes que pueden generar nuevas prácticas de representación de los pueblos indígenas en la enseñanza y en el campo del patrimonio, buscando también una relación de escucha con las comunidades contemporáneas. Se concluye que, a pesar del poco tiempo que esta temática lleva siendo obligatoria en los planes de estudio, un enfoque que valore el diálogo y la experiencia es fundamental para combatir los prejuicios.

Palabras clave: Enseñanza de historia. Museo. Clase Taller. Historia Indígena.

1 Introdução

Neste artigo apresento uma reflexão acerca da diferença de duas práticas de ensino de história indígena do Rio Grande do Sul. Primeiramente, o trabalho pedagógico executado junto à Turma 91 - 9º ano do Projeto Pixel (8º e 9º anos) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande Sul (CAp / UFRGS) – durante o ano letivo de 2022, decorrente da minha participação no Programa de Educação Continuada. Em segundo lugar, um pouco da experiência de curadoria da exposição Memória e Resistência enquanto analista em assuntos culturais no Museu de História Julio de Castilhos², nos anos de 2022 e 2023.

Tal reflexão ocorreu com algumas especificações contextuais que valem ser mencionadas nesta apresentação. Para começar, em 2022 fui selecionado para participar do projeto de extensão intitulado Educação Continuada de Professores CAp/UFRGS, sob a orientação do professor Vanderlei Machado de História. Minha atuação se concentrou em torno do eixo de Ensino de História Indígena nos séculos XIX e XX, tendo sido o tema da maioria das aulas que desenvolvi. Em seguida, no final do mês de julho do mesmo ano, assumi como servidor concursado da Secretaria de Cultura do Estado do RS, enquanto Analista em Assuntos Culturais no Museu de História Julio de Castilhos.

O objetivo deste artigo é analisar alguns pressupostos teóricos e comparações a partir da experiência prática em dois espaços de ensino de história indígena. O mais tradicional e

² O Museu de História Júlio de Castilhos é o museu mais antigo do Rio Grande do Sul, fundado em 1903 como Museu do Estado. Em março de 2023, foi modificado seu nome de Museu Júlio de Castilhos para Museu de História Júlio de Castilhos, para incluir a tipologia de museu na nomenclatura. Instituição ligada à Secretaria de Estado da Cultura, o museu é uma referência para instituições culturais na área da história, recebendo grupos escolares de todo o estado. Devido à recente mudança de nome, que agrega melhor a função da instituição, escolhi me referir sempre dessa maneira: Museu de História Júlio de Castilhos.

contínuo, a sala de aula, e o mais esporádico e distinto, o museu. Há uma intersecção fundamental que são as visitas mediadas de grupos escolares ao museu, que são uma excepcionalidade no ano letivo escolar, mas uma constante no ano de trabalho em museu. Nesse sentido, parto da constatação, a partir do Relatório de Visitantes de 2022, que a exposição Memória e Resistência é a mais procurada para as turmas escolares, que escolhem entre os seis espaços expositivos para participarem da mediação através de formulário enviado pela instituição.

Desse modo, apresento diferenças conceituais entre as práticas educacionais e museológicas em questão, depois comento sobre as diferenças e semelhanças entre duas experiências vivenciadas no ano de 2022, no Colégio de Aplicação e no Museu de História Julio de Castilhos.

2 Na Escola

O ensino de história do Brasil passa por desafios ao abordar os povos indígenas, muitos dos quais ainda carecem de debates e materiais didáticos. Nas últimas décadas, os povos indígenas conquistaram protagonismo no cenário político e cultural brasileiro. Uma das consequências desse avanço foi a Lei 11.645/2008, que determinou a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos do Ensino Básico. Apenas a obrigatoriedade, por si, não garante que os povos originários estão incluídos nos currículos.

Existe a necessidade de materiais que forneçam subsídios para um ensino de qualidade da temática. A maioria dos professores da Educação Básica desconhece a população indígena em nosso país (SILVA, 2012), em parte porque o conhecimento produzido acerca dessa população permaneceu por muito tempo no círculo das ciências humanas na academia, tendo como protagonista a Antropologia. Havia um receio na metade do século passado de que os povos indígenas iriam desaparecer, da mesma maneira durante o período da Primeira República. Dessa forma, o foco das pesquisas era, de alguma forma, registrar as culturas desses povos.

A partir do final da ditadura civil-militar (1964-1985), o protagonismo e o crescimento da população indígena, assim como as articulações nacionais interétnicas, mostraram que os povos originários não eram um resquício do passado idealizado, muito menos vítimas fragilizadas por séculos de colonização incapazes de agir sobre o mundo contemporâneo. Esse movimento promoveu uma expansão dos estudos indígenas por outros campos, como por exemplo se vê atualmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que conta com projetos de pesquisa relacionados a esse campo nas áreas das humanidades, educação, psicologia, museologia, direito, serviço social, artes, biologia, contando com a especial colaboração de discentes indígenas de etnias provenientes de diversos estados da federação.

A própria História enquanto disciplina se viu correndo atrás do prejuízo, ao perceber que careciam materiais específicos desse tema. Tendo em vista tais contextos, apresento esse relatório como um relato de experiência de ensino reflexão acerca da teoria e da prática especificamente do Ensino de História Indígena, entendendo sua importância enquanto componente curricular obrigatório por Lei e ainda muito pouco abordado no Rio Grande do Sul. Entendi esse processo como um passo em uma caminhada na direção da produção de materiais e subsídios que possam auxiliar outros professores a incluir a temática dos povos indígenas em todo os períodos da História do Brasil, fomentando o respeito à diferença étnica e cultural.

Para tais objetivos, dentro da proposta do projeto de Educação Continuada do CAP da UFRGS, foi proposto pelo professor orientador do Programa de Educação Continuada um formato de aula-oficina. Essa metodologia foi teorizada por Isabel Barca como uma prática pedagógica em que o aluno é o agente, e o professor um organizador de atividades problematizadoras, que visam relacionar diferentes níveis do saber, como o senso comum, a ciência e epistemologia, através de múltiplos recursos (BARCA, 2004).

Essa proposta contempla avaliações orais, escritas, individuais e em grupo. Na aula-oficina, se propõe o aluno como agente, sendo importante, portanto, explicitar as tarefas a serem realizadas em sala de aula. Dessa forma, trabalhar as ideias que os alunos trazem, possibilitando que o conhecimento do senso comum provoque o interesse pelo conhecimento científico e epistemológico.

Tais trabalhos partem de questões problematizadoras que propõem desafios cognitivos adequados. A avaliação ocorre, em termos de progressão de aprendizagem, qualitativamente. Em um primeiro momento foram levantadas as ideias que os alunos trazem sobre os temas abordados. O desenvolvimento do trabalho envolveu questões, recursos e trabalhos.

O projeto da aula oficina se baseia nos princípios seguintes: crianças compreendem História se tem algum sentido para eles; os conceitos históricos são compreendidos em relação com o senso comum; explicação para o passado pela sua própria experiência; o desenvolvimento do raciocínio histórico se dá de forma oscilante; valorização da interpretação do contraditório.

Iniciei as atividades do Programa de Educação Continuada no Colégio de Aplicação em 2022, sob orientação do professor Vanderlei Machado, com a turma de 9º ano, pixel 91, cujas aulas de história eram no primeiro período de segunda-feira e no terceiro período de quarta-feira.

Na primeira aula foi entregue uma avaliação diagnóstica, com perguntas e espaço para escrever a resposta, com objetivo de entender os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema, de forma a possibilitar a realização de conexões e pontes entre o que eles trazem e o conteúdo que seria abordado. Além da folha a preencher, no primeiro encontro foi realizada uma apresentação minha sobre a proposta de trabalho com a turma. Antes de participar do Programa de Educação Continuada, eu já tinha sido monitor do Projeto Alfas (1º ao 5º anos) do Colégio de Aplicação em 2016 e 2017. Coincidentemente, muitos estudantes do 9º ano haviam estudado nas turmas do 3º e 4º ano na época da monitoria anteriormente referida. Percebi que alguns estudantes haviam me reconhecido, e vice-versa. Pela minha experiência com as turmas do Projeto Alfas, eu sabia que muitos alunos haviam visitado aldeias indígenas, especialmente pelas propostas da professora dos anos iniciais Tanise Muller Ramos. Outra questão interessante era a presença de um aluno que morava próximo a uma aldeia indígena urbana, percebendo de forma diferente os povos indígenas a partir de sua experiência pessoal.

As próximas duas aulas foram de introdução ao tema na esteira do conteúdo programático produzido pelo Professor Orientador, ou seja, o Brasil na primeira metade do século XX. Dentro da proposta, esse tema foi abordado a partir da história do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão antecedente da (Fundação Nacional do Índio) FUNAI, e também aspectos da marcha para o oeste, em especial que no que tange os povos indígenas encontrados e as figuras públicas que trabalhavam no contato, em especial Cândido Rondon. A aula se deu através de uma apresentação digital com fotografias, em especial do livro Memória do SPI, do acervo do Museu dos Capuchinhos em Caxias do Sul que acessei em meu TCC (BRANDALISE, 2019) e o Mapa Etnológico de Curt Nimuendajú (1943), um dos mais importantes mapas das etnias indígenas no passado e no presente no Brasil. Na segunda aula

foi elaborada uma linha do tempo no quadro, interligando a história do indigenismo no Brasil com eventos da política nacional e as grandes guerras.

Também foi trabalhado dois textos, um sobre os temas do SPI e da catequese indígena no Rio Grande do Sul no século XX, e outro sobre a representação dos povos indígenas no modernismo, em especial com Oswald e Mário de Andrade.

Essas representações indígenas dos períodos pré-modernismo e modernismo (cujo marco, a Semana de Arte Moderna, completou 200 anos em 2022) foram trazidas com o objetivo de serem questionadas, tendo como questão problematizadora o protagonismo e a ação indígenas. Foi abordado como as representações de brancos sobre os povos indígenas tendem a se distanciar dos povos enquanto tais e se aproximar de idealizações compartilhadas pela sociedade não-indígena

Em um sábado letivo, em que teria excepcionalmente cinco períodos para a atividade, ou seja, a manhã inteira, foi realizada uma parceria com a Associação de Pais e Mestres do Colégio de Aplicação, a COPAME, que financiou a viagem da professora indígena do povo Kaingang Viviane Farias, residente na aldeia Konhún Mág, Canela-RS para o Colégio. Os materiais utilizados foram em formatos variados: uma exposição fotográfica, documentário média-metragem e mais clipes curtos. O mais significativo, porém, foram as falas da prof.^a Viviane sobre seu povo, com a capacidade de responder todos os questionamentos das crianças, que tangem assuntos desde a história da retomada até perguntas sobre temas como as crenças religiosas e o tema dos mortos na cultura indígena.

Aqui é importante ressaltar que tenho uma atuação junto da aldeia Konhún Mág desde 2019, tendo realizado junto com outros colegas, de variadas formações, projetos culturais relacionados às demandas da comunidade, entre eles o documentário em questão, de 2021³. As atividades com a turma, além da exibição do documentário de 60 minutos, a visita na exposição fotográfica montada no saguão do Colégio. Na mesma data, aproveitando a parceria dos tempos em que fui monitor nas Alfes, convidei a professora Tanise, que trouxe seus alunos do 1º ano do ensino fundamental para ver a exposição e conversarem com a prof. Viviane.

Numa aula posterior, na turma de 9º ano, desenvolvi o tema da Ditadura Civil Militar em relação aos interesses nos territórios indígenas, utilizando como exemplo o norte da Amazônia e a Usina de Itaipu. Nessa ocasião, contextualizei a política indigenista a partir da extinção do SPI e a fundação da FUNAI. A aula ocorreu a partir da leitura de dois textos, um sobre os Waimiri Atroari e a abertura das estradas no norte da Amazônia, e outro sobre os impactos da Usina de Itaipu nos povos Guarani. Como exercício, entreguei aos estudantes um texto sobre o período da redemocratização no Brasil. Este texto trazia dois QR Codes, um contendo link para vídeo do discurso de Ailton Krenak na constituinte de 1988, e outro com o link do mapa Guarani Digital. Os estudantes, divididos em grupos, deveriam produzir um texto sobre o discurso de Krenak ou sobre o mapa Guarani. A atividade de produção do texto se finalizou na aula seguinte, quando os alunos entregaram o texto escrito para o professor.

Durante a minha participação no Programa de Educação Continuada de Professores do CAP/UFRGS tive a oportunidade de levar outra exposição elaborada pelo Museu Julio de Castilhos ao Aplicação. Trata-se da exposição “Memória e Reconhecimento”, promovida pelo Mestre Cica de Oyó, griô e mestre tradicional de língua iorubá e cultura africana, e elaborada em conjunto com o Museu de História Julio de Castilhos da Secretaria de Cultura do Estado do RS. A exposição apresenta 10 personalidades negras do passado e do presente do Brasil,

³ Konhun Mág: O Caminho da Volta à Floresta Nacional de Canela (2021). Acesso por: bit.ly/KonhunMagDoc

entre elas Zumbi dos Palmares, Oliveira Silveira e Lupicínio Rodrigues. Para representar a música deste artista, foi convidado o Mestre Maraguaia, músico, professor e compositor de inúmeros sambas enredo para escolas de samba da capital, que performou músicas de Lupicínio e de sua autoria na abertura do evento. Após a apresentação musical, o Mestre Cica falou sobre as personalidades negras do Brasil, sobre apagamento, preconceito, afirmação e principalmente ancestralidade. A exposição ficou 2 semanas e 4 dias no palco do saguão do Colégio de Aplicação, e a abertura ocorreu no Teatro do Colégio, para onde foi trazida o banner expográfico de Lupicínio Rodrigues para complementar a apresentação, a pedido do Mestre Cica.

A atividade de encerramento, que ocorreu na mesma data da desmontagem da exposição, contou com a presença do músico Pingo Borel, filho do Mestre Borel, músico importante da cultura afro-gaúcha, que está representado na exposição. Na ocasião ele trouxe o tambor de seu pai, tocou e falou junto com o mestre Cica para as turmas de 1º ano do Ensino Médio.

Também foi planejada uma saída de Campo, que não ocorreu por falta de tempo ao final do ano letivo. A saída seria para o Museu de História Julio de Castilhos para uma oficina com Susana Kaingang, advogada e coordenadora do Ponto de Cultura Kanhgág Jarê⁴ na TI Serrinha-RS. Susana estaria, na data planejada, organizando a curadoria compartilhada da exposição “Eg Rá: Nossas Marcas” sobre as marcas tradicionais dos dois clãs do povo Kaingang, Kamé e Kanhru, em exibição durante o primeiro semestre de 2023 no dito Museu.

3 No Museu

Segundo o historiador João Paulo Vieira Neto (do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio) e a doutora em Ciências da Comunicação pela USP, Eliete Pereira, “nos últimos anos, os povos indígenas brasileiros vêm se apropriando dos processos museológicos e criando seus museus indígenas enquanto espaços de articulação política, afirmação étnica e fortalecimento cultural” (PEREIRA; NETO, 2017, p. 51). Até finais do século passado predominavam os museus etnográficos, em que os indígenas eram retratados a partir de preceitos colonialistas. Nessa forma de ilusão museal, os povos originários eram representados como “primitivos”, “exóticos” e pertencentes ao passado (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 7-15). Johannes Fabian define essa ruptura com o contemporâneo como “negação da coetaneidade” (FABIAN, 2010; 2013).

Em busca de uma pretensa objetividade científica, a antropologia e os museus etnográficos ignoravam aspectos eminentemente políticos da sua prática, como a representação do outro, que sobrepõe a autorrepresentação, um direito dos povos originários. Os mecanismos pretensamente científicos dos museus etnográficos na prática reproduziam uma visão orientada por aspectos como a “teoria das raças”, o “branqueamento da população” e a “aculturação” (SCHWARCZ, 1993). Um exemplo mais radical dessa visão perversa são os zoológicos humanos, espaços onde a ideia de “selvagem” foi explorada de forma brutal

⁴ O Ponto de Cultura Kanhgág Jarê é uma instituição cultural que tem status de ponto de cultura, localizado na Terra Indígena de Serrinha, no Norte do Rio Grande do Sul. Ligado ao Instituto Kaingáng, instituição cultural fundada em 2002, cuja função é “o fortalecimento, valorização, revitalização e conservação da cultura Kaingáng, com gestão realizada exclusivamente por mulheres Kaingáng.” (do site da instituição).

entre o final do século XIX até o início da Segunda Guerra (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 7-8).

Os museus indígenas servem de inspiração e horizonte para pensar uma nova maneira de ver a relação entre museus e representatividade. Ressalto aqui o Museu Worikg, na Terra Indígena Índia Vanuíre, em São Paulo, também desenvolvido pelos Kaingang, entre outros povos. Em um livro organizado a partir do VI Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus (CURY, 2020, p. 85-96), indígenas moradoras da TI Vanuíre expressam o desejo de fazer uma casa tradicional, definindo o museu como um lugar de ensino da cultura – um lugar de conexão com entes da natureza, com base na frase “tudo é museu”, cujo significado só pode ser compreendido a partir de um esforço de contextualização e de tradução.

Outro exemplo é o Museu Magüta, do povo Tikuna, primeiro museu indígena do Brasil, de 1991. Segundo João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia Melo Santos, antropóloga e historiadora da Universidade Federal da Paraíba, o processo de constituição do Museu Magüta e seu reconhecimento pelo International Council of Museums (ICM), em 1995, “levou, junto com a consolidação territorial, a um relativo abrandamento dos conflitos e, em algumas situações, à construção de relações mais horizontais entre regionais e indígenas” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 17). Desse modo, é importante ter em vista que os museus indígenas podem, além de assegurar o direito dos povos sobre seu território, colaborar na atenuação de conflitos. Aponto também o processo de reformulação da exposição do acervo indígena do Museu de História Julio de Castilhos, o mais antigo do estado do Rio Grande do Sul, que contou com a participação de lideranças dos povos Kaingang e Guarani (MADEIRA DE MELO; POSSAMAI, 2021). Processo que inicia em 2019 com a iniciativa da diretora Doris Couto, e o qual participo desde 2022 como curador.

Os museus têm a sua própria linguagem, museográfica ou expográfica, e lançam desafios específicos ao lidar com o público. Essa vocação se expõe em contextos em que é necessário trazer diferenças culturais para dentro do ambiente e colocá-las em diálogo. No caso dos povos indígenas, devido ao histórico de representações colonialistas dos museus brasileiros (OLIVEIRA; SANTOS, 2019), é preciso repensar sua estruturação. Ao buscar, dentro da proposta de curadoria colaborativa, uma comunicação voltada para o público, mas construída de forma coletiva – respeitando demandas e percepções dos povos indígenas envolvidos –, propõe-se também processos de mediação transcultural a serem realizados pelos próprios indígenas. Tais processos podem ocorrer trazendo à tona os possíveis e inevitáveis equívocos de que fala Viveiros de Castro na tradução cultural e linguística com os povos originários (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

O acervo etnológico do Museu de História Julio de Castilhos (MJC) é a maior de suas coleções, com mais de duas mil peças listadas. Sua formação se deu em um contexto em que os museus se organizavam como um “gabinete de curiosidades”, apresentando as culturas dos indígenas como algo exterior à “civilização”. Muitas carecem de pesquisa ou mesmo dados de catalogação e origem, enquanto outras foram perdidas ou estão deterioradas. A coleção abrange desde peças arqueológicas das mais antigas ocupações humanas no território sulino, até aquelas feitas por povos indígenas contemporâneos, como o cachimbo (petyngüá) de Nó de Pinho doado em 2019 por Jaime Vherá, indígena Mbyá-Guarani da aldeia Cantagalo, em Viamão-RS. Como um conjunto, podem ajudar a contar uma história de longo prazo dos povos indígenas.

Do mesmo modo, os maiores desafios do ensino e representação sobre a história dos povos indígenas são as lacunas e silêncios que a historiografia traz. As metodologias que se debruçam sobre esse tema, como a Etno-história, propõem análises que atravessam diversas

áreas do conhecimento, como história, arqueologia, etnologia, etnobotânica entre outros. Também existem propostas que contemplam o aspecto da importância deste passado para os povos do presente, evidenciando a interdisciplinaridade necessária.

Com minha pesquisa de pós-graduação em história indígena do século XIX, e a curadoria da coleção etnológica como Analista do MJC, surge o interesse em pesquisar a cultura material relacionada aos processos históricos no final do século XIX e início do XX, época de fundação do Museu e constituição de boa parte da coleção etnológica, vislumbrando também formas de relacionar a exposição e o ensino de história indígena.

Desse modo, utilizar metodologias etno-históricas para qualificar a pesquisa e conectar a história contada nessa instituição com a história contada pelos próprios povos indígenas, na perspectiva de um museu vivo e aberto às comunidades as quais re-apresenta. Processo esse, que deriva da pesquisa historiográfica, passa pelo trabalho de curadoria com peças de acervo, e chega à sala de aula.

3 Considerações Finais

É fundamental entender o indígena como coetâneo dos outros sujeitos históricos, é um esforço no sentido de desconstruir conceitos como de “atraso” ou de “abismo histórico”. No fundo, essa conceituação aponta para uma linearidade da história, como se os indígenas estivessem entrando em um tempo que não era o deles, que estava à frente do deles, mas que dali em diante eles fariam parte, eventualmente e inevitavelmente chegando no mesmo ponto em que os colonizadores, que nesse ponto já estarão mais alguns degraus acima na suposta escada histórica. Essa forma de entender acaba limitando a análise das experiências e pode resultar em anacronismos e apagamentos.

Assim, a intersecção de práticas permite refletir sobre os aspectos fundamentais, ou seja, as principais questões problematizadoras que surgem no ensino de história indígena: preconceitos e estereótipos, valorização como seres humanos e sujeitos históricos, atuação contemporânea e localização no tempo presente.

Tais questões devem ser abordadas no ensino de história indígena, a partir da reflexão de que muitos dos alunos em sala de aula, e grande parte do público dos Museus, conhece pouco a realidade dos povos indígenas no presente e no passado. Ambas situações são prejudiciais e se agravam mutuamente. Afinal, se não há indígenas no presente, então seu passado é uma história de extermínio bem-sucedida. Não é nenhum dos casos, é algo mais complexo que envolve grupos humanos diferentes fazendo história. No caso das representações necessárias dos povos indígenas em sala de aula e no museu, é importante reconhecer, respeitar e destacar a diferença, desconstruir a desumanização dos povos indígenas provocada pelo racismo, e aprender a ver e principalmente escutar os indígenas no presente.

Analisando em comparação ambas as experiências relatadas neste artigo, percebe-se que os interlocutores, tanto estudantes, quanto público do museu, desconhecem os aspectos básicos da história e culturas indígenas do Brasil, provavelmente pelo fato do ensino dessa matéria carecer de materiais e especialistas. Atividades dinâmicas e participativas engajam as pessoas, e fazem com que as informações repassadas sejam melhor recebidas, de forma a democratizar o conhecimento. Sobre isso, me refiro às visitas de turmas do Colégio de Aplicação para aldeias indígenas, desde os anos iniciais – e aqui ressalto o contato com sujeitos indígenas como forma de exercício de alteridade – e os artefatos expositivos do Museu de História Julio de Castilhos, como a fogueira cenográfica e os banners pendurados com as

mentiras mais contadas sobre os povos indígenas. Sendo um assunto que apenas recentemente se tornou tema obrigatório nos currículos escolares, é compreensível que a maioria das pessoas não se aprofunde e acabe reproduzindo estereótipos e preconceitos, o que é papel tanto da escola quanto do museu combater.

Além da prática específica de um ou uma profissional da área da História, contar a história dos povos indígenas e está intrincada na experiência histórica dos indígenas mesmos do presente. Assim, sempre que possível, é importante buscar o contato direto com lideranças, juventude, mulheres dos povos originários nas aldeias, retomadas e acampamentos contemporâneos. Ao fazer isso, estamos dando espaço para que os estudantes e o público tenham oportunidade de escutar diretamente dos sujeitos que fazem a história no presente, suas visões sobre sua história e cultura, assim experienciando a alteridade. Trago esse aspecto como uma provocação final que, certamente, necessita ser mais aprofundado, mas que o diálogo entre a história, antropologia, museus, escolas e aldeias pode elucidar e proporcionar.

Precisamos abraçar formas de desconstruir estereótipos racistas, ao mesmo tempo sem essencializar os povos indígenas ou qualquer grupo social. Apresentar os problemas contemporâneos de forma macro, relacionando com as dinâmicas e processos históricos. Pensar nos sujeitos indígenas, enquanto conceito e a partir das fontes, ajuda na comunicação e identificação dos indígenas enquanto parte da história. Porém, é fundamental pensar os povos indígenas enquanto grupos humanos, como pessoas, crianças, famílias que tem desafios muito próximos dos não-indígenas, e outros tão distantes, que são abordados em uma forma de ver o mundo que vem de uma raiz ancestral não-ocidental, por isso tão diferente e tão importante de ser vista com respeito e dignidade.

Referências

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In*. BARCA, Isabel [Org.] **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131–144.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. **"Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados"**: indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul (1895-1918). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CURY, Marília Xavier (org.). **Museus etnográficos e indígenas**: aprofundando questões, reformulando ações. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuie, 2020.

FABIAN, Johannes. Memórias Da Memória: Uma História Antropológica. *In*: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Tradições e Modernidades**. Editora Fgv, Rio De Janeiro. 2010.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.

MADEIRA DE MELO, Roberta; POSSAMAI, Zita Rosane. As revistas do Museu Júlio de Castilhos e a exposição Memória e Resistência: reflexões sobre representações descolonizadas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 19, p. 189–202, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34656>

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia (orgs). **Dos acervos coloniais aos museus indígenas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

PEREIRA, Eliete; NETO, João Paulo Vieira. Povos indígenas no Brasil, museus e memória: questões emergentes. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, set. São Paulo, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perspectivista e o método da equivocação controlada. (Trad. Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro). **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5 n. 10, p. 247-264, ago.–dez. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/193150594-A-antropologia-perspectivista.html>

WITTMANN, Luisa T.; BRIGHENTI, C. A. Sob o controle do latifúndio: esbulho territorial, tutela e resistência indígena nos primórdios republicanos. In: Ana Lize Brancher; Vanderlei Machado. (Org.). **História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930)**. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022, p. 15-41.

Contribuições da autoria

Guilherme Maffei Brandalise: Conceitualização, Organização, Interpretação e Análise de Dados, Investigação, Metodologia, Supervisão/Orientação, Redação.

Data de submissão: 01/03/2024

Data de aceite: 11/04/2024